

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020**

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, sobre o cancelamento do apoio ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, sobre o cancelamento do apoio ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), nos seguintes termos:

1. Quais são os motivos para o rompimento do contrato de parceria técnica com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)?
2. A carta divulgada por 27 membros do Cebri, que expressa “grave e urgente preocupação” com a condução da política externa brasileira, foi um dos motivos para o cancelamento do apoio?
3. Quais são os estudos e análises técnicas que subsidiaram a decisão?

**JUSTIFICAÇÃO**

Como apresentado em reportagem da revista *Veja*<sup>1</sup>, o ministro Ernesto Araújo ordenou que a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), órgão do Ministério das Relações Exteriores voltado para pesquisas e divulgação, rompesse um contrato de parceria técnica com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), um *think tank* independente e suprapartidário composto por diplomatas e acadêmicos de renome.

Ainda segundo a reportagem, o motivo para o fim da parceria foi uma carta divulgada por 27 membros do Cebri, entre eles o ex-chanceler Rubens Ricupero, os ex-ministros Aldo Rebelo e Pedro Malan e os diplomatas Marcos Azambuja, Luiz Augusto de Castro Neves e Roberto Abdenur. O documento expressava a “grave e urgente preocupação” com a

1 <https://veja.abril.com.br/politica/itamaraty-cancela-apoio-a-centro-de-estudos-apos-carta-critica-a-ernesto/>



condução da política externa brasileira e os “prejuízos” que ela acarretou ao país (VEJA, 28/05/2020).

Ademais, cabe destacar ainda que, a parceria não previa o aporte de fundos, mas servia para que os dois centros de estudo promovessem eventos e projetos de pesquisa em conjunto. O Cebri também utilizava as dependências de prédios do Itamaraty para realizar conferências.

Assim, preocupa-nos que o ministro Araújo não aceite questionamentos à gestão do Itamaraty e esteja aparelhando ideologicamente o mesmo.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informação para a obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de modo eficiente.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

